

Excias

Senhor Primeiro Ministro

Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, em exercício

Senhora Ministra da Justiça

Senhor Procurador Geral da República

Senhora Presidente do Tribunal da Relação de Sotavento

Senhoras e Senhores Juizes Desembargadores

Senhoras e senhores Magistrados Judiciais e do Ministério Público

Senhora Diretora Geral da Política da Justiça

Senhoras e senhores advogados

Senhoras e senhores Oficiais de Justiça

Distintos convidados

Minhas senhoras e meus senhores

Meu cordial bom dia a todos.

Em primeiro lugar, gostaria de me dirigir aos anfitriões: O Ministério da Justiça, na pessoa de sua Excia a Dr^a Joana Rosa Amado, na qualidade de dono da obra; ao Dr. Ary Santos, na qualidade de Presidente do Tribunal da Comarca da Praia e aos Magistrados Judiciais e do Ministério Público que vão ser os inquilinos destas instalações, para ressaltar a imensa satisfação por estarmos hoje aqui a comungar a alegria propiciada pela inauguração da primeira fase das obras do Campus da Justiça de Palmarejo.

Desde a Independência Nacional e com particular relevo para a fase que se seguiu à instauração da Democracia e à aprovação da Constituição da República de 1992, a Justiça Cabo-verdiana tem vindo a conhecer uma significativa evolução, traduzida por diversas formas, sendo a mais expressiva a efetiva independência do Poder Judicial, um dos principais ativos que têm contribuído para a credibilidade e o respeito de que goza a República de Cabo Verde como um Estado de Direito.

No capítulo das infraestruturas, há que reconhecê-lo, muito se tem feito no sentido do melhoramento das condições de trabalho dos magistrados. Na verdade, já houve melhorias no palácio da justiça do Tribunal da Comarca da Ribeira Grande de Santo Antão, a comarca do Paul, quiçá, por razões que a observação histórica consegue discernir, conta com o seu Palácio de Justiça, em São Vicente os serviços de justiça estão instalados condignamente. No Sal tem havido esforços para melhorar as condições de trabalho dos operadores judiciários, na Boavista os serviços da justiça hoje estão melhor instalados, no Tarrafal, recentemente, foram realizadas obras de beneficiação do Palácio de Justiça que foi concebido de raiz, em Santa Cruz foi concebido um Palácio de Justiça de Raiz, em Santa Catarina foi construído um palácio de justiça de raiz, isto só a título exemplificativo.

Praia, a maior comarca do país: Reza a história que entre 1955 e 1956, o Palácio da Justiça da cidade da Praia, desenhado por Luís Tavares de Melo sob a alçada da Repartição Provincial dos Serviços de Obras Públicas e Transportes da Província de Cabo Verde, é sujeito a um projeto de melhoramentos, ainda que sem consequências no edifício já construído.

O Palácio da Justiça integra, juntamente com o edifício da Câmara Municipal, a fachada urbana que conforma a praça Alexandre Albuquerque, adjacente à Igreja da Nossa S^a da Graça. O pórtico que acompanha a altura total do edifício acentua o seu carácter monumental, enfatizado pela

verticalidade dos pilares que definem a composição da fachada principal. Um edifício emblemático, acolhedor e que certamente deixará os seus inquilinos com saudades. Quem já teve o privilégio de habitar o palácio de justiça do plateau sabe que não é fácil deixá-lo. Acredito que os colegas magistrados que irão deixar o palácio de justiça da Praia viverão esta angústia momentânea do querer ficar mas ter que partir.

A comarca da Praia, a maior do país, é onde se regista o maior movimento processual e a maior pendência. Esta instituição comarcã vem enfrentando constrangimentos vários, desde logo, a nível do espaço físico, designadamente, a insuficiência de salas de audiência e gabinetes e espaços para os cartórios, o que não permite garantir a atividade diária de todos os juízes que nele labutam.

Nesse edifício existem apenas 4 salas de audiências, com equipamento mobiliário, o que se mostra insuficiente para a realização de todos os atos processuais requeridos pela crescente demanda dos serviços de justiça registada na comarca da capital do país. Portanto, este edifício já se mostra demasiado exíguo para albergar todos os serviços nele instalados, criando enormes dificuldades na gestão diária das 4 salas de audiências existentes, o que motiva adiamentos e atrasos na realização dos julgamentos, com reflexo direto na produtividade dos juízes.

É basta ver que quando o CSMJ toma qualquer medida de gestão que passa pela alocação de mais juízes para fazer face ao acúmulo de pendências nesta comarca, esbarra-se desde logo com o problema de espaço físico (gabinetes) para acomodar os juízes e ainda mais difícil de resolver, salas de audiências para a realização das diligências.

O *hall* de entrada fica muito perto da maior sala de audiência e nos processos com muitos intervenientes e que por vezes ultrapassa meia centena, a

movimentação dos utentes e intervenientes processuais perturba o normal andamento dos julgamentos.

Para além disso, na Comarca da Praia, temos 12 Juízos (cartórios) servidos por 14 juízes, sendo certo que, por conta da exiguidade do espaço, vimo-nos na necessidade de dispersar o Juízo Laboral para um edifício que não dispõe de condições de salubridade e de dignidade compatível com a nobreza da função judicante e o juízo de Família e Menores que também ali se encontrava foi deslocalizado para Achada de Santo António, para um edifício que foi concebido para uso habitacional.

O Supremo Tribunal de Justiça funciona num edifício arrendado, sendo de registar como circunstância agravante, o facto de não dispor de uma sala de audiências condigna para a realização de audiências contraditórias e tem enfrentado muitas dificuldades no seu funcionamento em audiência, como deverá funcionar tanto quanto é certo que o Tribunal Constitucional já se pronunciou no sentido de que o STJ deve funcionar, legalmente, em audiência e não em conferência, conforme tinha vindo a fazer muito por conta da inexistência de uma sala de audiências que o permitisse funcionar nessa formato.

Outrossim, um Tribunal não é espaço qualquer. Ele representa, na paisagem da cidade, um espaço emblemático, para onde as pessoas se dirigem trazendo em seu íntimo, muitas vezes, grandes angústias e sentimentos de injustiça e de direitos desrespeitados. Aqui, elas precisam se sentir acolhidas, e precisam enxergar simbolicamente, na solidez, na organização e na infraestrutura deste espaço, a força que o Judiciário representa para a sociedade. Sua edificação precisa transmitir valores como dignidade, funcionalidade, modernidade, organização, sustentabilidade e inclusão.

Senhor Primeiro Ministro, Excelência.

Aprendemos que a coragem não é a ausência do medo, mas o triunfo sobre ele. O homem corajoso não é aquele que não sente medo, mas o que supera esse medo”.

“Penso que essa breve e inspiradora frase de Nelson Mandela nos fala em especial sobre seguir, superando as pedras do caminho e as nossas fragilidades, para que possamos conquistar horizontes que só poderemos alcançar se não permanecermos estagnados na mesmice ou paralisados pelo medo”.

Ao Ministério da Justiça, sob a liderança da Dr^a Joana Rosa, é de justiça reconhecer esta coragem, esta vontade de superar os obstáculos e conquistar novos horizontes e de dar passos em frente.

Hoje estamos aqui a testemunhar um verdadeiro passo em frente: a inauguração da primeira fase das obras do Campus de Justiça de Palmarejo.

Pensamos que a deslocalização dos serviços do Tribunal da Praia, ainda que seja, apenas a primeira fase, propiciará vantagens significativas do ponto de vista da funcionalidade do espaço:

- Melhor capacidade de receção e controle dos utentes e intervenientes;
- Cumprimento do ratio 1 Gabinete - 1 Secretaria - uma sala de audiências, para cada juiz;
- Potenciar maior produtividade dos juízes;
- Concentração dos serviços num único espaço/ambiente, potenciando assim a rentabilização dos recursos;
- Estruturar e organizar melhor o arquivo (que neste momento funciona em duas dependências sendo uma delas arrendada);
- Possibilidade de instalação de uma biblioteca condigna para todo o Tribunal;

- Segurança para os processos que, ante o status quo reinante, são transferidos de um lado para outro para elaboração de contas, vistas ao MP entre outros;
- Criação de salas específicas para a audição de crianças;
- Potencia a deslocalização do STJ para o Palácio de Justiça da Praia.

As novas instalações irão atender de forma adequada as necessidades dos Juízes, servidores e funcionários da Justiça, na comarca da Praia.

Apesar desse patamar alcançado no plano institucional e no domínio das infraestruturas todos temos a consciência de que muito há ainda a fazer no que toca ao apetrechamento e à modernização dos Tribunais, por forma a torná-los mais eficientes e céleres na sua capacidade de resposta às demandas dos cidadãos e das empresas.

Numa palavra, para se dar tradução real a esse direito fundamental da primeira grandeza, afinal a garantia das garantias, que é o direito dos cidadãos de acesso à justiça e de obter em tempo útil a tutela dos seus direitos e interesses legalmente protegidos.

Na verdade, o acesso à Justiça é um direito fundamental do ser humano, sendo imprescindível para o combate às desigualdades, para o fortalecimento da democracia e da cidadania e, conseqüentemente, para a tão almejada paz social”.

É preciso que haja uma aposta efetiva no sector da justiça, o Governo da República já demonstrou muita sensibilidade nesta matéria e por isso neste sector queremos contar com esta vontade na certeza de que assumiremos o compromisso de devolver os resultados da nossa prestação em prol do desenvolvimento do país e com o impacto desejado ao nível do ambiente de negócios, da competitividade e da atratividade do investimento privado.

Por isso mesmo, saudamos e encorajamos vivamente o prosseguimento de todos os investimentos que o sector da Justiça tem vindo a conhecer.

Terminando, auguro que este Tribunal — mercê de sua atuação sensível, honesta, justa, célere e com espírito de missão dos juízes e de todos os servidores públicos — fará tudo para se fazer ouvido, entendido e respeitado e no fundo para alcançarmos todos os objetivos preconizados no plano de redução de pendências.

Desejo que este Tribunal seja, também, o facho de luz a guiar aqueles que se encontram perdidos, mergulhados em desesperança; transformando-se no anjo capaz de indicar o caminho de volta, como ocorreu com o saudoso Padre António Vieira, segundo a lenda, quando o douto se perdeu na mata e veio a noite escura.

Um bem-haja e

Um muito obrigado